



2º Congresso histórico
de Guimarães

Actas do congresso
volume 3

D. Afonso
Henriques na
história e na arte

**A imagem da realeza na analística medieval portuguesa
dos séculos XI e XII**

Carla Alexandra Serapicos Silvério

A imagem da realeza na analística medieval portuguesa dos séculos XI e XII*

A minha comunicação procurará caracterizar a imagem da realeza veiculada pela analística medieval produzida e compilada no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra durante o século XII. As fontes consideradas foram os denominados *Annales Portugalenses Veteres*¹ e os *Annales D. Alfonsi Portugallensium regis*², dois textos redigidos em latim, por letrados crúzios, sendo ambas as compilações contemporâneas de Afonso Henriques, embora os *Annales Portugalenses Veteres* compilem informações que remontam ao século XI, de acordo com uma arqueologia textual estabelecida por José Mattoso e Pierre David.

Os *Annales Portugalenses Veteres* constituem o primeiro escrito historiográfico redigido no mosteiro, sendo nele visível, apesar do laconismo e do despojamento literário evidenciados, um vivo interesse pelos acontecimentos políticos do passado recente, sobretudo aqueles que se desenrolaram na região do Entre-Douro-e-Minho. Os *Annales D. Alfonsi*, por sua vez, continuando e retomando as notícias dos *Annales Portugalenses Veteres*, fazem-no de um modo mais desenvolvido e elaborado. O objectivo que assistiu à sua redacção foi o de enaltecer a figura do primeiro rei de Portugal.

Os textos compilados nos *Annales Portugalenses Veteres* (A. P. V.) tiveram a sua origem em mosteiros patrocinados pelas famílias de infanções neles referidos. Correspondem a uma época de afirmação senhorial no Entre-Douro-e-Minho, durante a qual cada família de infanções procurava ligar-se a um ou a vários cenóbios, neles buscando um centro espiritual capaz de acolher os seus e preservar a sua memória, zelando assim pelo património simbólico do grupo³.

*Trabalho realizado no decurso do seminário *Memória e Tradição*, mestrado de História Medieval, F.C.S.H., U.N.L., 1995-1996.

¹ Editados por Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Paris -Lisboa, 1947, pp. 291-312.

² Editados por Monica Blocker-Walter, *Alfons I von Portugal. Studien zu geschichte und sage des bergrunders portugiesischen unabhngigkeit*, Zurich, Fretz & Wasmuth Verlag, (1966), pp. 151-161.

³ J. Mattoso: "Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal", in *Portugal Medieval, Novas Interpretações*, I.N.C.M., 1985, pp. 103-104; "Sobre as origens do Estado Português, A «ideia de Portugal»", *Idem*, p. 93; *História de Portugal, A Monarquia Feudal*, vol. II, Estampa, pp. 46, 56.

A primeira parte dos *A.P.V.* foi redigida, por volta de 1080, em Santo Tirso⁴, (e não em Guimarães, como pensara Pierre David⁵). Os temas ligam-se à construção da memória dos patronos do mosteiro, a família dos senhores da Maia. Os acontecimentos evocados desenrolam-se entre a tomada de Coimbra por Almançor, em 987⁶, e a reconquista cristã da cidade pelos exércitos de Fernando Magno, em 1064⁷. As notícias dão conta de que se trata de um período muito conturbado para os territórios portugalense e conimbricense, abundando notícias sobre a guerra entre cristãos e muçulmanos, raids normandos⁸ e lutas internas, sendo o principal foco de instabilidade a rivalidade então existente entre diferentes estratos nobiliárquicos, os infanções, por um lado, e os condes, por outro. As tensões tinham-se acentuado após a subida ao trono de Fernando Magno, em 1037, dada a política régia de esvaziamento dos poderes condais e de promoção da autoridade delegada nos infanções, tanto nas parcelas territoriais sobre as quais as suas famílias dominavam, como na fronteira.

Entre os reis de Leão, são mencionados aqueles cujas acções tiveram especial repercussão no alargamento do território portugalense para o sul do Douro e, de acordo com estes critérios, distingue-se a figura de Fernando Magno, o monarca paladino da reconquista cristã, visto como o émulo de Deus que conseguiu inverter o avanço das forças muçulmanas. Para além dele, são referidos Afonso V e Vermudo III, seus antecessores, e Garcia, Sancho e Afonso, seus filhos e herdeiros. Nem só as empresas militares são dignas de registo. Também se registam as datas das suas mortes e, por vezes, o local de sepultara. A memória relativa a Afonso VI não lhe é muito favorável, tal se devendo, por um lado, à forma como arrebatou os reinos aos irmãos, e, por outro, à política de acordos e pactos desenvolvida com os reinos taifa numa primeira fase do seu governo, preferindo os tributos à guerra da *Reconquista*⁹.

Uma segunda secção dos *A.P.V.* continua o registo das notícias para o período de 1085 a 1111, dando especial relevo à preservação da memória dos senhores do mosteiro de Grijó¹⁰, como se evidencia na notícia respeitante à batalha de Vatalandi, onde pereceu Soeiro Fromariques de Grijó¹¹. Nesta sequência analítica, o quadro geográfico transfere-se para o sul do Douro¹², continuando a ser o tema mais recorrente a guerra contra os muçulmanos. Escrita após a conquista de Toledo, nela sai beneficiada a imagem de Afonso VI, sendo a memória que os infanções dele guardam mais ilustre do que a contida nos anais de Santo Tirso¹³.

As lembranças que os infanções portugalenses retêm dos soberanos da segunda metade do século XI são marcadas por um ideal de monarquia guerreira, bastante relacionado com os interesses dos infanções em estender territorialmente os seus poderes para Sul. Concebem a realeza não como um poder soberano, mas como poder solidário e coadjuvante dos seus interesses,

⁴ Para além dos estudos mencionados na nota anterior, vejam-se do mesmo autor, *Le Monachisme Ibérique et Cluny, Les Monastères du Diocèse du Porto de l'an mille à 1200*, Lovaina, 1968, p. 311 e ss. e "O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa" in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, I.N.C.M., pp. 490-492.

⁵ Ob. cit., p. 335.

⁶ *Annales Portugaleses Veteres (A. P. V.)*, Livro da Noa II, E. 1025.

⁷ *A. P. V.*, Livro da Noa II e *Chronica Gothorum*, E. 1102.

⁸ *A. P. V.*, *Chr. Goth.*, E. 1054.

⁹ *A.P.V.*, *L. Noa II e Chr. Goth.*, E. 1110.

¹⁰ J. Mattoso, *Le Monachisme...*, p. 314 e "O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa", p. 496.

¹¹ *A.P.V.*, *Chr. Goth.*, E. 1148.

¹² Acerca da geografia dos anais ver o estudo de Mário Viana, "A Memória Regional na Analítica Portuguesa dos séculos XI e XII", in *Estudos Medievais*, n.º 10, pp. 64-65.

¹³ A desculpabilização do rei face à derrota de Sagrarias deve-se ao capital político e propagandístico que o rei acumulou desde a conquista de Toledo, *A.D.A.*, *Chr. Goth.*, E. 1123 e 1125.

um poder que sirva os objectivos da *Reconquista*. Quando assim não acontece, a apreensão e a crítica deixam marcas nas narrativas memorialísticas.

A terceira parte dos *A.P.V.*, redigida originalmente em Santa Cruz de Coimbra¹⁴, relata acontecimentos ocorridos entre 1116 e 1168 e dá início à narrativa dos feitos de Afonso Henriques. Apesar do seu principal protagonista não ser um infanção, mas o próprio rei, o modelo e o estilo da reportagem não diferem dos dos textos redigidos a propósito da memória das famílias do Norte. Há, contudo, alterações no contexto político-institucional evocado, uma vez que o reino de Portugal se configura como entidade política autónoma ligada à afirmação de uma nova família, a dos senhores reis. O desejo de demarcar bem o novo estatuto do território e a emancipação do seu governante em relação à coroa castelhana e leonesa depreende-se da forma com que Afonso Henriques é designado «rei dos Portugueses» e a sua mulher «rainha dos Portugueses».

Quanto aos *Annales D. Alfonsi (A. D. A.)*, eles constituem um monumento mais elaborado da memória do primeiro rei de Portugal. Quando a corte de Afonso Henriques se transferiu de Guimarães para Coimbra, a partir de 1131¹⁵, a cidade do Mondego torna-se o centro intelectual e espiritual do Portugal afonsino. O reino recém-formado precisava de um aparelho ideológico que o justificasse face aos opositores. A base ideológica da monarquia afonsina sedia-se então no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1131 (ou 1132, segundo os *A.D.A.*) e paulatinamente enriquecido por doações régias¹⁶. Santa Cruz torna-se no mosteiro do rei por excelência. Aí se guardam o seu tesouro e a sua chancelaria, nele se recrutam escribas e funcionários administrativos, como os chanceleres, no seu templo manda o rei que se façam sufrágios pelos seus mortos, e é entre os seus dirigentes que escolhe os seus conselheiros (João Peculiar¹⁷, S. Teotónio¹⁸), para além de eleger o cenóbio como lugar onde fará recolher o corpo, num túmulo que manda construir.

Compostos em Santa Cruz de Coimbra, os *A.D.A.*, bem como a última secção dos *A.P.V.*, são um testemunho firme de um discurso ideologicamente comprometido¹⁹. Afonso Henriques apresenta-se como monarca ideal, um herói fundador, protegido por Deus e ao serviço de um projecto guerreiro de reconquista cristã. A insistência na comemoração da guerra contra o Islão rende, além de ganhos territoriais, dividendos políticos com repercussão nos restantes reinos ibéricos, junto da Santa Sé, e, enfim, à escala de toda a Cristandade. Nos *A.D.A.* é o desempenho guerreiro bem sucedido que distingue a autoridade régia de Afonso Henriques. Os textos crúzios acerca do primeiro rei traduzem o capital ideológico que a guerra representa. Entre os primeiros registos analísticos incluídos nos *A.P.V.*, abarcando o período de 1116 a 1168, e as memórias contidas nos *A.D.A.*, indo de 1125 a 1184, as notícias

¹⁴ J. Mattoso "Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal", op. cit., p. 115.

¹⁵ J. Mattoso, *História de Portugal, A Monarquia Feudal*, II, pp. 64-66.

¹⁶ "A vida de D. Telo", in *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. António Cruz, Porto, B.P.M.P., 1968, p. 109 e Leontina Ventura e *Livro Santo de Santa Cruz (Cartulário do século XII)*, Coimbra, I.N.I.C., Coleção de História Medieval, 1990, pp. 9-36, em especial pp. 9, 21-23.

¹⁷ *Annales D. Alfonsi Portugallensium regis*, E. 1178.

¹⁸ "A vida de D. Telo", ed. cit., pp. 107-114.

¹⁹ J. Mattoso, "Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal", ob. cit., p. 110.

dedicadas aos feitos militares duplicam, porque são recuperados acontecimentos que antes não retiveram a atenção do redactor - casos da batalha de S. Mamede, em 1128, do confronto de Valdevez, em 1140, e do cerco de Alcácer, em 1147.

Contudo, nos *A.D.A.*, o poder do rei não se mede apenas pela sua capacidade bélica, mede-se também pela sua capacidade de organizar, povoar e explorar o espaço que domina. Assim, pela primeira vez, os *A.D.A.* dão conta da necessidade de registar os actos ligados à administração do território, ainda que a esmagadora maioria das notícias tenha que ver com a construção ou reparação de uma linha defensiva mais eficaz em torno de Coimbra. A excepção é a notícia acerca da fundação do mosteiro de Santa Cruz e da construção de uma ponte sobre o Mondego (E.1170). O povoamento das praças militares merece menção no caso de Leiria e Germanelo (E.1173 e E.1180 respectivamente).

De acordo com os modelos culturais letrados vigentes no meio monástico conimbricense, o passado afonsino ora se compara com os feitos dos grandes generais romanos (como Cipião, o Africano, E.1173), ora se aproxima dos feitos atribuídos aos reis bíblicos, os guerreiros valorosos que agiam em nome dos princípios religiosos (E.1163). O destino de Afonso Henriques surge assim impregnado de "acontecimentos proféticos". Nesse sentido, a narrativa crúzia abre com uma notícia que exalta a sua predestinação para liderar o plano de autonomia tão desejado pelos barões portugalenses. O acontecimento é a cerimónia de entrada de Afonso na cavalaria, quando, em Zamora, no dia de Pentecostes do ano de 1125 (E.1163), o príncipe, com a idade de catorze anos, se auto-impõe as insígnias de cavaleiro, uma notícia de que os *A.D.A.* são o único testemunho. José Mattoso, atribuindo credibilidade ao acontecimento, aponta a hipótese de Afonso Henriques poder ter sido armado cavaleiro em Zamora, quando, em Abril de 1127, D. Teresa e o conde Fernão Peres ali se encontravam para firmar tréguas com Afonso VII²⁰. Sendo assim, o autor dos *A.D.A.* poderia ter adiantado o acontecimento para o aproximar do ano em que o príncipe atingiu a maioridade, tendo feito coincidir o dia da cerimónia com o da festa de Pentecostes, o dia do calendário litúrgico associado, segundo o costume, à coroação dos reis²¹.

Daí por diante, sucedem-se na narrativa analística dos feitos de Afonso Henriques as invocações do Divino e as menções aos desígnios da Providência. A própria batalha de S. Mamede²², datada de 24 de Junho de 1128, foi alvo de uma leitura simbólica por parte dos cónegos de Santa Cruz já que coincidia com a entrada do solstício de Verão e com a festa litúrgica de S. João Baptista, o anunciador da vinda de Cristo. Nesse sentido, o paralelismo era evidente: a vitória das tropas do príncipe anunciaria a formação de um reino, com um papel privilegiado e transcendental na história hispânica e na Cristandade, e de tal

²⁰ Do autor, *História de Portugal, A Monarquia Feudal*, II p. 54.

²¹ *Chronicon Laurbanense, P.M.H., Scriptorum*, p. 20. Mais tarde, em Maio de 1135, dia de Pentecostes Afonso VII recebe a dignidade imperial.

²² Sobre esta batalha, ver o artigo de J. Mattoso, "A Primeira Tarde Portuguesa" in *Portugal Medieval, Novas Interpretações*, Lisboa, I.N.C.M., 1985, pp. 11-35 e do mesmo autor *História de Portugal, A Monarquia Feudal*, II, p. 56.

modo a batalha marcou a sua época que é a partir dela que o texto crúzio começa a contar o reinado de Afonso Henriques. Curiosamente, o contexto da batalha de Ourique não se reveste nos anais de um carácter miraculoso extraordinário: apenas é referida como grande batalha contra os sarracenos, onde mais uma vez o rei Afonso demonstra as suas capacidades guerreiras. No entanto, os cónegos não se esquecem de mencionar que o combate ocorrera no dia de Santiago, o suposto evangelizador da Hispânia, sugerindo os inícios de um grande movimento de restauração religiosa, com precedente naquele que o Apóstolo teria realizado (E.1177).

O rei surge então como instrumento de Deus, devendo os seus sucessos ao facto de ter sido escolhido para finalmente redimir a punição que caíra sobre os Cristãos desde o reinado do rei Rodrigo (E. 1180)²³. Com efeito, a monarquia afonsina não reclama, nos textos crúzios, a herança goda, já que os antigos senhores de Toledo teriam sido responsáveis, com os seus pecados, pela sua queda e destruição. Assim, a notícia do auxílio da Cristandade, por intermédio dos cruzados, à realeza afonsina reforça a ideia de descentrar o destino do reino da temática goda.

A narrativa faz ver que o destino do rei depende tanto da benevolência divina que nem vale a pena forçar o seu curso. De acordo com a notícia acerca da tentativa de conquistar Lisboa em 1140 (E.1178), quando o rei procurara tirar vantagem da presença de cruzados, a sua ineficácia teria resultado de ainda não ter chegado a hora da cidade ser entregue aos Cristãos. Essa ocasião apenas ocorreria em 1147 (E.1185), quando Deus tudo teria planificado para o seu êxito, incluindo-se nas disposições divinas nova remessa de cruzados.

A ligação próxima entre Deus e o seu paladino transmite-se por uma escolha lexical bastante expressiva. Ora Deus "dá" as conquistas a Afonso Henriques, ora este toma "pelas suas mãos", com o aval divino, as cidades e praças aos mouros (*L. Noa I*, E.1185 e 1196; *A.D.A.*, E. 1178,1180,1185,1196). A mão é, ao mesmo tempo, o símbolo e o meio concreto da acção, acolhe a graça e põe em prática os planos superiores. A mão é tão mais forte e o braço tão mais longo (E.1166), quanto mais longe chega o poder da espada do rei Afonso (E.1163). É a própria mão de Deus que conduz as obras dos Cristãos (E.1185). A imagem de Deus nos *A.D.A.* é sobretudo a imagem de um deus guerreiro, remotamente aparentado com o deus da liturgia franco-romana, mas próximo do modelo vetero-testamentário²⁴.

Na sua legitimação da realeza afonsina, os segundos anais crúzios de Afonso Henriques introduzem uma novidade em relação aos textos analísticos anteriores, que consiste no registo das alianças matrimoniais desenvolvidas pelo rei com as famílias reais ibéricas e na menção dos dados genealógicos. Até então apenas se recordavam notícias relativas à morte dos reis e

²³ O rei Rodrigo foi o último rei godo e é responsabilizado pela derrota cristã face aos mouros, pois raptara a filha do conde Julião, o que fez com que perdesse o apoio deste e atraíu a ira de Deus. Ver Os artigos de L. M. Araújo, "Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular" (p. 246-47) e A. Cruz, "Do início da Reconquista à fundação do Condado Portucalense" (p. 293) in *História de Portugal, Origens-1245*, dirig. J. H. Saraiva, Publicações Alfa.

²⁴ As remissões para o passado romano e vetero-testamentário encontram-se também nos textos crúzios das vidas de santos. Pode verificar-se na Vida de S. Martinho de Soure, um texto anterior aos anais de Afonso Henriques, public. Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, III, com tradução de Santos Alves, Lisboa, I.N.C.M. 1973, pp.160-164. Porém, deve dar-se preferência à edição de Leontina Ventura, publicada no *Livro Santo de Santa Cruz*, Coimbra, I.N.I.C., 1990, pp.175-183.

guerreiros. Sendo assim, as inovações dos *A.D.A.* são relevantes para uma imagem de permanência e de afirmação da ainda jovem monarquia portuguesa. Noticiando as vias da sua continuidade, davam relevo à rapidez da integração da nova linhagem régia no colectivo das monarquias cristãs peninsulares e legitimavam-na no contexto interno, hispânico e junto da Santa Sé. A associação de D. Sancho ao título régio, ainda durante o governo de Afonso I, cumpre também esse objectivo (E.1125, E.1128, E.1140, E.1145, E.1154, E.1171, E.1174).

Na analítica de Santa Cruz, a marca definitiva da autonomia de Afonso Henriques é o título de rei, o qual adoptara entre Julho de 1139 e Fevereiro ou Maio de 1140, segundo documentação da chancelaria²⁵. Os anais começam por lhe chamar "infans" e a partir de 1132, na sequência da notícia da fundação de Santa Cruz, passam a designá-lo "rex". Poderá tratar-se de uma interpolação do clérigo redactor, própria da mentalidade eclesiástica, de fazer sancionar o poder leigo pelo cumprimento de obras piedosas? A verdade é que, daí para a frente, o título de rei não mais abandonará Afonso Henriques.

As fontes do século XII não mencionam o processo de assunção do título, mas a tradição do séc. XIV reclama um acto de aclamação guerreira depois do sucesso de Ourique, coincidindo o momento com a sua introdução no formulário da chancelaria. José Mattoso, tendo em conta a veneração que o escudo do primeiro rei merecia em Santa Cruz, coloca a hipótese de ter existido mesmo uma aclamação por parte dos guerreiros, à semelhança da cerimónia germânica de elevar o chefe vitorioso sobre o pavês²⁶, como acontecia entre os reis de Navarra²⁷. Se for este o caso, o ritual é expressão da ligação directa entre o poder real de Afonso Henriques e a sua competência militar. E o autor explica que a omissão deste acontecimento nos anais do rei talvez se justifique pela filiação monástica do redactor : seria improcedente um clérigo aceitar passivamente a assunção do título régio por mera aclamação guerreira, como aliás não aceitou o Papa até 1179. É, portanto, a modalidade guerreira que distingue a autoridade régia de Afonso Henriques e pelo menos não parece que tenha procurado uma legitimação sacral do seu poder por via de uma coroação litúrgica²⁸, embora existam textos litúrgicos do séc XII relativos à cerimónia de coroação e esteja consignado no *Livro dos Arautos* o costume dos reis portugueses serem coroados na Sé de Coimbra.

Para concluir, direi que a imagem de Afonso Henriques é diferente da que era veiculada pelos anais anteriores, em relação aos reis de Astúrias-Leão. Os *A.D.A.* revelam um protagonista voluntarioso e determinado no cumprimento de um destino pensado como serviço de Deus, um rei dos cavaleiros, dos clérigos e dos grupos populares, bem diferente do rei da *Gesta de Afonso Henriques*²⁹, que o apresenta como um *juvenes*, impulsivo e rodeado de conselheiros mais experientes³⁰.

²⁵ *História de Portugal*, II, p. 62.

²⁶ *História de Portugal*, II, p. 62 -64 ; "A realeza de Afonso Henriques" in *Fragmentos de uma composição Medieval*, 2ª ed., Lisboa, Estampa, pp. 288-289.

²⁷ Bonifácio Palacios, *La coronacion de los reyes de Aragon, 1204 -1410. Aportación al estudio de las estructuras políticas medievales*, Valencia, 1975, pp. 13-14, 22.

²⁸ Veja-se a nota 26.

²⁹ Editada por António José Saraiva, na *Épica Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Instituto de Alta Cultura-Biblioteca Breve, 1991, pp. 30-51.

³⁰ Ver o artigo de J. Mattoso acerca do assunto "Gesta de Afonso Henriques", in *Dicionário de Literatura Medieval Galaico-Portuguesa*, org. G. Tavani, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 293-294